

Setembro 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Círculos internacionais ofuscam resultados positivos de Angola	1
1.2 Credito aos pobres é a aposta	2
1.3 Inflação ultrapassa em Agosto objectivo do governo para o conjunto do ano.....	2
1.4 Crescimento Económico em 2005 irá situar-se em 11,7% do Produto Interno Bruto	3
2.0 HIV-SIDA	3
2.1 OMS e Ministério da Saúde iniciam estudo para calcular a tendência actual do VIH/SIDA.....	3
3.0 GOVERNAÇÃO	4
3.1 JES pode sair pela porta da frente.....	4
3.2 Aprovado Calendário das tarefas eleitorais	5
3.3 Populações do interior desconhecem movimento político.....	5
3.4 Samakuva será candidato a Presidente	6
4.0 MERCADO INFORMAL	8
4.1 Endiama processada por alegado incumprimento	9
4.2 Polícia complica Trabalhadores.....	9
5.0 SERVIÇOS BÁSICOS	10
5.1 Luís Gomes Sambo promete desenvolver o sistema sanitário em África.....	10
5.2 Projecto beneficia 320 mil populares com água potável no Huambo	11
6.0 SITUAÇÃO HUMANITARIA	15
6.1 Campos de deslocados serão todos encerrados em breve	15
6.2 Unicef assegura apoio internacional ao país.....	15
6.3 Fome no Kuando Kubango.....	15
6.4 Seca atinge “níveis de emergência” no Cunene e Cuanza Sul	16
6.5 José Eduardo dos Santos saúda criação de Fundo para combate à fome	16
6.6 Quadro Humanitário.....	17
7.0 TERRAS	17
7.1 polémica aprovação da Lei de Terras	17
7.2 Lei de terras preocupa liga da mulher Angolana.....	18
8.0 OUTROS	20
8.1 Onde as crianças não têm escola nem saúde.....	20
8.2 Igreja católica defende criação de lei para o desarmamento da população	21

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Círculos internacionais ofuscam resultados positivos de Angola

Angop...03-09-2004

O Ministro adjunto do Primeiro-ministro, Agualdo Jaime, considerou nesta quinta-feira, em Luanda, que alguns círculos internacionais têm exagerado na análise dos aspectos económicos do país, ao julgar mal a sua governação, ampliar os pontos negativos e ofuscar os resultados positivos. “Angola está permanentemente a ser julgada e nesse julgamento nunca se valoriza suficientemente aquilo que de positivo se faz. Mas os aspectos negativos são sempre ampliados e ofuscam o que de positivo se faz”, reclamou o governante angolano.

Reconheceu, no entanto, que a conferência de doadores para o país não acontece, em parte, devido “a imagem pouco favorável deixada no passado, as vezes um pouco exagerada”.

Em contraponto, citou um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) segundo o qual as “recentes melhorias relativas a transparência, em especial as receitas petrolíferas, a dívida externa e as operações que envolvem a SONANGOL resultaram numa clarificação louvável, relativamente a posição fiscal do Governo em 2003”. Apesar disso, em alguns círculos internacionais continua a persistir a ideia de que Angola pratica uma política pouco transparente, elucidou o governante angolano. “Há ainda a ideia, em alguns círculos, de que Angola tem muito dinheiro, mas que o usa indevidamente, que não estabelece bem as suas prioridades ou que o mesmo vai parar em sítios indevidos”, acrescentou. Para uma mudança de estratégia, o antigo ministro das Finanças e governador do Banco Nacional de Angola (BNA) defende a projecção de “uma imagem diferente daquilo que se está a fazer a nível da transparência e da boa governação, (...) para que alguns doadores ainda relutantes em aplicar aqui a poupança dos seus cidadãos abandonem esses receios”. Segundo Agualdo Jaime, que falava em entrevista à estação radiofónica Luanda Antena Comercial (LAC), Angola tem de fazer um esforço no sentido de explicar que, apesar de ser um país rico, não tem recursos necessários para fazer face a todos os desafios. Por isso, sustentou, o Governo angolano está engajado na mobilização de capitais para agilizar o processo de reconstrução da economia em

curso no país, numa altura em que estão criadas as condições para o seu relançamento sustentado. “Estamos a criar condições para que haja um relançamento sustentado da economia e para que isso aconteça tem de haver estabilidade económica”, explicou Agualdo Jaime. No tocante a luta contra a pobreza, o ministro adjunto do primeiro-ministro citou os relativos ganhos sobre a dolarização e as taxas de câmbio, bem como o reforço dos sistemas bancário e financeiro. “É preciso não esquecer que Angola é um país que está a sair de um conflito armado que reclama inúmeras condições, entre infra-estruturas, educação e saúde”, sublinhou em alusão aos sectores prioritários de desenvolvimento. No capítulo da relação Estado-sector privado, o governante considerou que a mudança do sistema de economia planificada para o de mercado obrigou o Estado a reduzir a sua intervenção a nível desse sistema e remeter os empresários na busca de financiamentos. Associando este mês às primeiras eleições gerais realizadas em Setembro de 1992, Agualdo Jaime disse que aquele pleito eleitoral significou a democratização do país e a intenção de cimentar o processo de reconciliação do país e a abertura do caminho para a harmonia da economia. Lembrou também que essa expectativa se reforçou com a observância de um “comportamento exemplar da populações na altura do voto. Havia quem tivesse dúvida da capacidade dos angolanos para exercitar com civismo um processo democrático”. “Infelizmente, os acontecimentos posteriores goraram essas expectativas e Angola mergulhou numa crise sem precedentes. Hoje, dois anos depois dos Acordos do Luena, Angola encontrou o caminho irreversível da paz”, assinalou o ministro. Recorrendo a conhecimentos de ciência política e direito constitucional, o ministro adjunto do primeiro-ministro acredita na irreversibilidade da actual situação de paz, em função da instalação definitiva de um Estado democrático de direito. Enquanto cidadão, Agualdo Jaime considerou que a discussão da futura Constituição, em debate na Assembléia Nacional, mostra o quadro evolutivo registado no campo do processo democrático angolano em curso no país. Agualdo Jaime fez uma apreciação satisfatória do funcionamento dos órgão de comunicação social do país, frisando que a imprensa angolana tem rumado para uma trajectória positiva, porquanto nota-se uma concorrência salutar entre os órgão de comunicação estatais e privados.

Entretanto, referiu-se a falta de grandes financiamentos aos órgão de comunicação privados e estatais, devido ao défice que existe no Orçamento Geral do Estado (OGE). “Temos mais despesas do que receitas. Evidentemente num quadro destes não é fácil encontrar recursos na magnitude desejada para financiar esses órgãos”. Esse problema obriga os órgãos

a encontrarem formas alternativas de financiamentos. “A única saída ser disputarem o mercado de publicidade em pé de igualdade”, sugeriu.

Apesar da dificuldade que existe nesse capítulo, reconheceu haver órgãos que tem conseguido encontrar saídas para esse desafio. “No essencial temos uma comunicação melhor do que a de ontem”, concluiu Aguinaldo Jaime.

1.2 Crédito aos pobres é a aposta

Agora...04/09/04

A funcionar há pouco mais de dez dias, o NovoBanco está a captar clientes no mercado oferecendo facilidades inéditas na abertura das contas bancárias e a conceder créditos a micro e pequenos empresários até 15 mil dólares.

Definindo-se como uma instituição financeira com o objectivo de fornecer serviços bancários a qualquer um, o NovoBanco procura conceder empréstimos para capital de giro e investimentos em bens fixos de cem a 15 mil dólares, dispensando a pesada burocracia habitual nestes casos, desde que o candidato oferece algo como garantia. Para isso, terá de abrir uma conta - se for à ordem não é preciso qualquer valor - e os financiamentos serão concedidos àqueles que possuam uma actividade económica legal rentável, desde o comércio ambulante à exploração de salões de cabeleireiro, boutiques ou serviços de transportes colectivos, vulgo “hiaces”. Depois do crédito solicitado, disse ao AGORA o analista de créditos do NovoBanco, Luzayádio Simba, peritos da instituição farão uma visita ao solicitante, incluindo a sua residência, para verificar os bens que possui e possam constituir-se como meios de garantia para o reembolso do empréstimo. Após esta dermarche, o comité de créditos do banco avaliará o pedido e as conclusões do analista que efectuou a visita, podendo, em caso de anuência, despachar favoravelmente o crédito num prazo até dez dias a contar da data em que foi solicitado. Quanto às taxas de juros para o reembolso, Simba disse que elas variam de acordo com o montante pedido. O nível mais baixo é de 2% ao mês e quanto mais elevado for o crédito solicitado, menor é a taxa, existindo, .nesta primeira fase, um prazo de seis a oito meses para o reembolso do solicitado. Já os juros para os depósitos dependem do prazo, podendo a conta poupança (mínimo de 7.500 kwanzas ou cem dólares) render 20% ao ano e as contas a prazo entre 20% e 30% ao ano. O NovoBanco tem como parceiro estratégico a IMI, uma instituição financeira alemã, e pertence à rede de bancos ProCredit, espalhada por 18 países em

desenvolvimento, em que os accionistas são a Stichting Doen, a Corporação Financeira Internacional (IFC), uma organização do Banco Mundial, a Bio e a ChevronTexaco. A ideia principal dos seus mentores é provar que um banco com estas características, em que os clientes são pessoas de baixa renda, pode ser rentável. Por isso, a sua administração pensa, no futuro, quando for instituída a Bolsa de Valores de Luanda, vender acções, a qualquer interessado. Para este ano, está prevista, já em Dezembro, a abertura de mais uma agência em Luanda, em local ainda não definido mas que dependerá da área de residência com maiores clientes, enquanto que a partir de 2005 serão inauguradas filiais nas restantes províncias, ao ritmo de duas por ano, sendo Lobito, Benguela, Lubango, Huambo e Cabinda as primeiras a pertencerem ao lote das possíveis eleitas. O Novo Banco tem um capital social de 4,9 milhões de dólares e, como resultado de uma aliança entre a ChevronTexaco e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), possui dois milhões de dólares para financiamentos para três anos vindo de diferentes doadores. A instituição emprega 30 funcionários, dos quais 26 angolanos, e tem em Koen Wasmus, que já ocupou cargo idêntico no NovoBanco em Moçambique, o presidente do conselho de administração.

1.3 Inflação ultrapassa em Agosto objectivo do governo para o conjunto do ano

LUSA...20-09-2004

A inflação em Angola ultrapassou em Agosto o objectivo fixado pelo governo angolano para o conjunto do ano, de 20 por cento, segundo dados revelados hoje pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O índice de preços no consumidor evoluiu 1,6 por cento em Agosto, elevando para 21,53 por cento o aumento dos preços acumulado desde Janeiro, de acordo com aquela fonte. Com o valor acumulado desde o início de Janeiro, foi ultrapassado o objectivo fixado pelo governo angolano para este ano, que previa uma taxa de inflação de 20 por cento, conforme consta do Orçamento Geral do Estado aprovado para 2004. Em Agosto, as maiores subidas registaram-se nas classes de vestuário e calçado (4,27 por cento), hotéis, cafés e restaurantes (6,86 por cento) e mobiliário, equipamento doméstico e manutenção (1,75 por cento). Apesar de já não ser possível cumprir a meta fixada pelo governo para a taxa de inflação deste ano, o aumento anual dos preços no consumidor em Angola tem vindo a registar acentuadas descidas nos últimos

anos, numa tendência que deverá manter-se em 2004. Em 2001, a taxa de inflação foi de 116 por cento, descendo para 105 por cento em 2002 para se fixar pela primeira vez nos dois dígitos em 2003, quando foi alcançada uma taxa anual de 76,5 por cento. No final deste ano, o aumento do nível de preços no consumidor será inferior ao verificado no ano passado, estimando os analistas que possa pela primeira vez situar-se abaixo dos 50 por cento. A elaboração da taxa de inflação mensal é feita com base em 12 classes e 24 produtos, sendo analisadas mensalmente cerca de 14 mil amostras de preços em vários mercados da capital angolana.

1.4 Crescimento Económico em 2005 irá situar-se em 11,7% do Produto Interno Bruto

Angop...30-09-2004

O crescimento económico em 2005 irá situar-se em torno dos 11,7% do Produto Interno Bruto (PIB) como resultado do aumento da produção de petróleo e de taxas mais dinâmicas nos sectores da agricultura, silvicultura e pescas e no da construção e obras públicas, soube-se nesta quarta-feira, em Luanda.

Segundo o Conselho de Ministros, reunido sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a inflação programada para este período é de 15%, enquanto a Balança de Transacções Correntes deverá registar um saldo positivo que se calcula em cerca de 570 milhões de dólares, que resulta, sobretudo, do facto do volume de exportações ter aumentado mais rapidamente que o volume de importações. Um comunicado de imprensa da sessão refere, entre outros aspectos, que as projecções do futuro Orçamento Geral do Estado acentuaram a ruptura com o ciclo económico que terminou em 2002. Tratou-se de uma reunião, acrescenta o documento, ligada “à primeira abordagem da proposta do Programa Geral do Governo para 2005/2006 e do Projecto de Orçamento Geral do Estado para 2005”. A Proposta do Programa Geral traduz a vontade do Governo, no sentido de elevar o bem-estar da população através da implementação da estratégia de combate à pobreza, assegurando a melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos, fundamentalmente, por meio da implementação de políticas nos domínios da saúde, educação, segurança alimentar e reabilitação de infraestruturas económicas e sociais. Igualmente fazendo menção ao comunicado, o Programa do Governo pretende ser extremamente operativo, concentrando-se num número restrito de prioridades e linhas de acção estratégicas e procurando uma maior articulação entre os vários órgãos e departamentos do

Governo responsáveis pela sua execução. O Conselho de Ministros tomou conhecimento da participação de Angola na 31ª Sessão das Nações Unidas referente à eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e também da realização do recentemente terminado II Encontro Nacional das Inspeções Administrativas, acrescenta o comunicado.

2.0 HIV-SIDA

2.1 OMS e Ministério da Saúde iniciam estudo para calcular a tendência actual do VIH/SIDA

Angop...15-09-2004

Técnicos do Ministério da Saúde iniciaram este mês a recolha de amostras de sangue em mulheres grávidas, para um estudo anónimo da seroprevalência do VIH/SIDA, Hepatite “B” e Sífilis em todas as províncias, indica um informe da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O estudo, que está a ser realizado em 26 postos sentinelas por um total de 52 supervisores e 130 técnicos, nas 18 províncias do país, tem o apoio do CDC (Centro de Controlo de Doenças), da OMS, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e de outros parceiros do Ministério da Saúde. Os resultados finais desta pesquisa vão permitir conhecer com maior precisão as regiões geográficas e os sub-grupos populacionais mais afectados por estas doenças e ajudar as autoridades sanitárias a clarificar e reajustar as estratégias de luta contra o VIH/Sida. Indica que vai igualmente permitir um maior acesso a anti-retrovirais, até finais do ano 2005.

De acordo com o informe, estão a ser usadas as unidades que prestam serviços de saúde pré-natal como postos sentinela para recolha de amostras a cerca de 13 mil mulheres grávidas, a razão de um posto por província. As pessoas submetidas aos testes de VIH/SIDA e hepatite “B” serão mantidas sob anonimato, de forma a serem protegidas contra qualquer estigma ou discriminação, mas as mulheres grávidas em que serão detectadas a sífilis terão a possibilidade de beneficiar de tratamento gratuito, refere. Para esse efeito, a OMS adquiriu medicamentos suficientes para tratar 10 mil pacientes nos 26 postos seleccionados para este estudo. O estudo refere que com esta informação, o Ministério da Saúde e os seus parceiros terão um quadro mais claro para investir recursos e elaborar programas eficazes para a prevenção, tratamento e prestação de cuidados aos pacientes de VIH/SIDA, Hepatite B e Sífilis. Em Abril

deste ano, o MINSA e a OMS divulgaram um estudo de menor dimensão, envolvendo mais de seis mil gestantes em nove províncias.

O estudo apontava o Cunene com uma taxa 12,9 por cento de infecção por VIH e a Lunda-Sul com a maior percentagem de sífilis, 13,2 por cento. Essa iniciativa tinha sido realizada de Junho de 2001 a Novembro de 2003, com o apoio da OMS, do Governo de Itália e do CDC/Atlanta.

3.0 GOVERNAÇÃO

3.1 JES pode sair pela porta da frente

Semanário Angolense...14-09-2004

Numa altura em que o país político anda a tactear para perscrutar o que o Presidente angolano pensa fazer do seu futuro, ou seja, se vai ou não deixar a cena política, diversos analistas defendem que estão criadas as condições para ele sair pela porta da frente e não pela dos fundos. Os sinais que os analistas avaliam como sendo propiciadores de um ambiente oportuno para a retirada de José Eduardo dos Santos são, essencialmente, retirados da actual conjuntura.

Os observadores lembram, em primeiro lugar, uma afirmação feita pelo Presidente da República há cerca de três anos, quando disse publicamente que a sua geração já havia cumprido o seu papel. Em face disso, para os analistas, não restam dúvidas: aquela afirmação se constitui, em princípio, num claro indicador de que há por parte de José Eduardo dos Santos (Jes) predisposição suficiente para encarar a sua retirada da Presidência da República ou mesmo da cena política sem dramas por aí além. Eles lembram, de seguida, que Jes praticamente empenhou a sua palavra, quando disse na mesma ocasião que o candidato do Mpla às próximas eleições presidenciais já não se chamaria José Eduardo dos Santos. Os mesmos analistas referem que o que de certo modo concorreu para baralhar as mentes à sociedade em geral e aos políticos em particular, causando assim alguma inquietação, é o facto de mais recentemente o Presidente angolano ter admitido a possibilidade de reconsiderar uma candidatura se esta for a vontade da maioria dos militantes do seu partido.

Em resumo, para os analistas, a primeira afirmação de José Eduardo dos Santos é a que conta. Tem maior peso político sendo, por essa razão, mais susceptível de o engajar politicamente. «Depois de uma afirmação dessas, seria moralmente impróprio que o Presidente da República recusasse», afirma um desses analistas. Outro

indicador positivo, de acordo com as análises expendidas, reside num factor capital que, bem usado pelo Presidente, lhe permite granjear uma aura e estatuto de «reserva morab» da sociedade. A relativa estabilidade que vigora no país, devido à paz alcançada há dois anos, tem sido, essencialmente, assacada como uma conquista em que a acção de Jes foi determinante. Para os analistas, essa estabilidade resultou noutra ganho para o presidente angolano, nomeadamente o facto de os caminhos para a reconstrução nacional estarem a ser estabelecidos. «Por enquanto, a prioridade é a reposição das infra-estruturas e equipamentos de base destruídos durante os longos anos de conflito armado, mas logo haverá condições para se poder pensar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos».

Com essa última asserção, os analistas pretendem dizer que o Presidente angolano só necessita de vencer essa barreira – que no fundo configura uma questão de boa governação – para lograr tranquilizar a sociedade e reaver os seus níveis de confiança. Os analistas indicam que depois disso já não restariam pendentes de vulto para o Presidente angolano resolver, pois que, até no plano internacional, ele teria estrada livre para correr. Nunca, por exemplo, as relações com os Estados Unidos da América atingiram nível tão elevado. Os Estados Unidos têm um novo enfoque sobre as suas relações com Angola: pretendem agora estabelecer uma parceria estratégica determinada pelo elevado potencial petrolífero do nosso país. O Angolagate, a mecha que reacendeu um conflito latente entre Angola e a França que vinha desde os tempos da guerra civil com a Unita, está em vias de amainar em face dos últimos desenvolvimentos que emergiram nesse dossier. E no fundo, este é o último pendente com os «grandes» da cena política mundial, já que a Rússia constitui assunto arrumado. Mesmo as desinteligências com a Suíça, que emergiram exactamente na sequência da dívida com os russos, estão a ser resolvidas. Ao mesmo tempo que os observadores familiarizados com este dossier destapam as condições que julgam favorecer uma retirada de cena a mais airosa possível para o actual Presidente da República, eles dizem não acreditar que «José Eduardo dos Santos venha a desperdiçar essa ocasião mais do que soberana». «Não acreditamos que o Presidente não tenha consciência de que este é o melhor momento para ele sair do poder pela porta grande», sublinham. Essa ideia dos analistas é reforçada pelo facto de, em foro privado, o Presidente angolano dar profusas indicações pessoais de não estar predisposto a candidatar-se a um novo mandato nas próximas eleições, que o Mpla pretende que tenham lugar em 2006. A indisposição do PR, conforme tem sido igualmente veiculado em círculos privados, decorreria, para além de muitas outras coisas, também de alguma

fadiga que o chefe de Estado já estaria a sentir. «É preciso não perder de vista que ele é antes de tudo um homem. Longos anos de poder inibiram-no de fazer coisas triviais mas também indispensáveis à vida de um ser humano. Ao retirar-se, ele terá a sua oportunidade de fruir dessas coisas», considerou um dos analistas que *Semanário Angolense* consultou para a presente matéria. Por último, os analistas indicam que Jes deverá ter em conta que, a arrastar-se no poder, colocará o seu nome entre os chefes de Estado déspotas do continente africano. Neste momento, ele já é o quarto presidente mais antigo de África. Tem à frente de si apenas Gnassimbe Eyadema (Togo), Omar Bongo (Gabão) e Muamar Kadhafi (Líbia).

Se isso não bastar, o Presidente angolano deverá lembrar-se que todos os seus amigos da região já resolveram arrear caminho. Este ano, Sam Nujoma deixa o poder na Namíbia. O moçambicano Joaquim Chissano também já tomou uma decisão. Robert Mugabe anda a tergiversar, mas no fundo ele sabe que os zimbabueanos já não o querem ver à frente dos destinos do seu país.

3.2 Aprovado Calendário das tarefas eleitorais

Jornal de Angola...17-09-2004

O Conselho de Ministros aprovou ontem o calendário indicativo de tarefas eleitorais da responsabilidade do Governo, que podem ser cumpridas, independentemente das opções legislativas que vierem a ser adoptadas pela Assembleia Nacional.

Tais tarefas, eminentemente administrativas e de organização, de acordo com um comunicado de imprensa saído da reunião do Conselho de Ministros, consistem nomeadamente no levantamento de dados demográficos preliminares, reparação das instalações para apoio ao processo do registo eleitoral, avaliação e quantificação das necessidades técnico-materiais e consolidação da cobertura nacional das telecomunicações administrativas. A reinstalação dos gabinetes de apoio aos processos eleitorais nas províncias, municípios e comunas também consta do leque das tarefas eleitorais. O Orçamento Geral do Estado (OGE) do corrente ano, ainda de acordo com o comunicado, já consagra verbas para o início da fase preparatória do calendário. O Governo apreciou igualmente na sua reunião de ontem, orientada pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, o relatório de avaliação do desempenho e da gestão macro-económica durante o primeiro semestre deste ano, à luz do seu programa, que contém a análise do comportamento dos preços dos bens e serviços, dos

dados estatísticos preliminares da execução do OGE e das contas monetárias preliminares. Os membros do Conselho de Ministros constataram, a propósito, que se manteve a estratégia de estabilização iniciada o ano passado, que subordinou a execução financeira do Tesouro ao controlo da liquidez e estabeleceu os leilões de divisas como principal mecanismo para assegurar a livre flutuação da taxa de câmbio. O Executivo angolano constatou ainda que a descida da inflação durante o primeiro semestre deste ano foi a mais acentuada dentre os períodos homólogos dos últimos anos. A execução do Orçamento Geral do Estado durante o referido período - refere ainda o comunicado de imprensa - teve um “saldo positivo”, como resultado da alta do preço do petróleo. Este resultado positivo foi, entretanto, utilizado, em grande medida, para a amortização da dívida pública, e para subsidiar os preços internos dos combustíveis.

O Conselho de Ministros recomenda, contudo, que o Ministério das Finanças e o Banco Nacional de Angola apresentem, o mais depressa possível, o Programa Monetário e Fiscal até ao fim do ano.

3.3 Populações do interior desconhecem movimento político

Apostolado...22-09-2004

Algumas populações da Província do Bié pensam que futuras eleições em Angola significam o retorno ao conflito armado. O temor do regresso à guerra está presente um pouco por todas as comunidades do Andulo, Cuemba, Camacupa e mesmo na capital do Bié, Kuito.

Para as comunidades, o pleito eleitoral de 1992, que redundou no retorno à guerra, marcou negativamente a sua vivência, tanto mais que essas localidades foram aquelas onde se registaram as mais encarniçadas batalhas. Assim, vêem nos tempos actuais de paz a estabilidade necessária para recomeçarem a sua vida, e questionam a razão de novos escrutínios. O padre Estêvão, da Missão do Andulo, afirmou ao “Apostolado” que os receios das populações se devem à falta de informação e formação sobre eleições. “Acho que é urgente informar bem as populações, o que não é feito de momento. Talvez se espere que o povo deve ser informado no momento em que se marque a data... A três meses das eleições não vai dar para fazer o trabalho”. O sacerdote chama a atenção que as pessoas estão sobretudo preocupadas com o comércio, viagens, “procurar dinheiro... agora informar-se, procurar saber o que deve meter o país num bom caminho não estão preocupadas com isso”. Por outro lado, o acesso aos

meios de comunicação social é muito limitado: “Lá vem o tempo chuvoso, os raios estragam os geradores, às vezes ficamos uma, duas semanas sem rádio e também não se fazem programas sobre as eleições, as pessoas estão desinformadas”. Ao Kuito é difícil chegarem os jornais, mesmo o único diário do país, o “Jornal de Angola”. “Para ler um jornal no Kuito muitas das vezes é preciso esperar quem vem de Luanda. Os correios não funcionam e muitos recebem as cartas acumuladas três, quatro meses depois.” O padre lamenta, por outro lado, que os aviões que aterram no Andulo transportem apenas mercadorias para negócios, sobretudo bebidas. Diz que os comerciantes poderiam ajudar as populações, trazendo alguns jornais da capital para “facilitar a informação do povo... não só beber a cerveja, mas também ler um pouco sobre o que se passa no país.”

O município do Andulo dista 130 quilómetros da capital do Bié, Kuito.

Desconhecimento da reconciliação no Moxico Os esclarecimentos sobre o momento político que o país vive também ainda não chegaram ao Moxico, onde há «uma ausência geral de conhecimento sobre o processo de reconciliação». A constatação vem no último relatório sobre a situação humanitária referente ao mês transacto, redigido pela representação cessante da Unidade de Coordenação das Ajudas (OCHA) em colaboração com todas as agências da ONU. Realça esta visão face à posição das autoridades da região sobre os violentos tumultos verificados em Julho passado contra adeptos da UNITA no município de Cazombo, 400 km a Leste de Luena. «A solução proposta pelas autoridades provinciais – indicação de delegados da UNITA para localidades diferentes daquelas onde eles cometeram atrocidades durante a guerra – não ataca a raiz do problema em áreas remotas e devastadas pela guerra tais como o Moxico, onde tensões difíceis de acabar se combinam com uma ausência geral de conhecimento sobre o processo de reconciliação», sustenta o documento da ONU.

No ponto de vista das autoridades do Moxico, recordado no mesmo texto, a violência de Cazombo e outros cantos da província, não teve «motivação puramente política». Mas a «reação visceral da população contra indivíduos específicos responsáveis por atrocidades cometidas durante a guerra». O relatório da coordenação humanitária refuta esta explicação, que acha exclusiva a Cazombo e não demonstrada em outras localidades onde a UNITA já tinha aberto escritórios como Samaria e Tembwe.

3.4 Samakuva será candidato a Presidente

Jornal de Angola...26-09-2004

Adalberto Costa Júnior membro do Comité Permanente da UNITA, fala do estado actual do processo de paz e de reconciliação nacional Angolano, em entrevista concedida recentemente ao “Diário de Notícias” de Portugal.

Qual vai ser o candidato proposto pela UNITA para disputar a Presidência da República? Isaías Samakuva será o candidato à Presidência da República. Em Janeiro deste ano, a Comissão Política do partido reforçou essa proposta. Se for eleito, e a manter-se a permissibilidade da actual lei constitucional angolana, Samakuva continuará a presidir à UNITA? A sobreposição das funções de presidente da República e de presidente do partido, sobretudo de um partido no poder, é por nós totalmente inaceitável. É como se aqui, em Portugal, o Presidente Jorge Sampaio fosse também o presidente do Partido Socialista. Isso é inaceitável em democracia. Em Angola, como sabe, o Presidente da República continua a ser presidente do MPLA. No caso de ser eleito presidente de Angola, Isaías Samakuva deixará certamente a presidência da UNITA.

Esclareça-me um ponto: a UNITA tem neste momento um governo-sombra constituído, eventualmente pronto a entrar em funções num quadro de alternância, após eventuais eleições legislativas? Temos um governo-sombra, e de uma forma muito evidente, através dos secretariados nacionais que, coordenados pela vice-presidência do partido, acompanham todos os sectores da governação. O presidente da UNITA, Isaías Samakuva, afirmou, em entrevista ao DN, que o partido iria proceder à substituição de elementos seus no Governo de Unidade Nacional de Angola. No entanto, até à data, desconhece-se qualquer reformulação do Executivo angolano...

Em Março passado, comunicámos ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quem deveria sair e quem deveria entrar para o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, por parte da UNITA. O Presidente da República parece que ainda não encontrou oportunidade de agendamento desta reforma governativa, o que é absolutamente inaceitável. Mas tudo indica que o refrescamento está à porta, talvez dentro de duas semanas. Fomos contactados no sentido de que as mudanças poderão ocorrer a todo o momento. Seis meses para uma decisão dessas deve ter prejudicado o clima interno da UNITA... Este arrastamento prejudica-nos muito no plano interno. Como é óbvio.

O MPLA tem reivindicado, ao longo do tempo, ser o

único partido com implantação nacional em Angola. A UNITA pode dizer o mesmo? Desde Janeiro de 2003 que a UNITA tem vindo a proceder à reinstalação das estruturas do partido em todas as partes do território nacional. Mas, para além deste desafio, há um outro, que se refere à situação dos 85 mil militares desmobilizados, que, com as respectivas famílias, formam um grupo de 400 mil pessoas.

Preparativos eleitorais até Setembro de 2005

Acabada a guerra, após quase três anos de Governo de unidade e reconciliação, por natureza transitório, afinal, para quando eleições legislativas e presidenciais em Angola? A UNITA tem posições concertadas com todos os partidos da oposição. Há uma semana, apresentámos a proposta de um calendário definitivo, segundo o qual o mês de Setembro de 2005 é o limite da conclusão de todas as tarefas da preparação para as eleições. A partir desse mês, o Conselho Nacional Eleitoral poderá marcar a data exacta. Mas o Presidente José Eduardo dos Santos falou de Setembro de 2006... Não é bem assim. O MPLA secundarizou uma indicação do Presidente, segundo a qual as eleições deverão realizar-se até Setembro de 2006. Ele disse «até», pelo que as eleições podem ocorrer antes.

Então, o que falta?

Falta as partes sentarem-se, procurarem o consenso. Da parte do MPLA, há um elenco de tarefas, mas não há uma data, embora tudo indique que esse partido não queira ultrapassar a data que os países que observam o processo angolano aceitam por consenso.

Sugere que houve alguma indicação, nomeadamente de Portugal? Não posso referir Portugal, como nenhum outro país em concreto. Os países observadores não se sentaram uns com os outros para discutirem isso, mas seguramente há indicações. O adiamento sucessivo das eleições iria entrar em contradição com as expectativas internacionais.

É só a UNITA que assim pensa, ou o seu partido sente-se apoiado pela opinião pública angolana? Há uma percepção generalizada, constatada por nós, no dia-a-dia, de que as populações querem as eleições até 2005.

Na sua perspectiva, as presidenciais e legislativas devem coincidir? Em Angola, as eleições legislativas e presidenciais estão juntas e inter-relacionam-se. Todas as nossas instituições estão sem legitimidade e tudo justifica que os processos eleitorais sejam simultâneos. Além disso, há as questões de ordem económica, que são importantes num processo eleitoral.

Quais são os responsáveis pelo retardamento das eleições? O Presidente da República e o MPLA. Tem

sido, no entanto, invocada a inadequação da Constituição e das leis eleitorais, como travões desse processo.

Que iniciativas tomou a UNITA para colmatar as deficiências? Há uma decisão assumida por todos os partidos da oposição no sentido de se entregar, até 30 de Setembro, o pacote legislativo necessário para a concretização do processo eleitoral.

Como chegaram a esse acordo? Na busca de uma solução para os graves problemas colectivos, a UNITA iniciou em Fevereiro um amplo espaço de consulta, não só no interior do próprio partido mas também com todos os outros partidos e consultas à sociedade civil.

Com rigor, quantos partidos existem em Angola?

Temos, em Angola, 124 partidos legalmente constituídos e registados no Tribunal Constitucional. É bem possível que, se for exigida uma prova de existência legal, o número não chegue a 15.

A elaboração desse pacote legislativo eleitoral significa que há um vazio legal em Angola? Há necessidade de uma nova Constituição? Angola tem uma lei constitucional. A lei deve ser melhorada - deve ser melhorada, sublinho -, essa é a nossa posição. E foi esta posição que fez com que o MPLA se sentisse obrigado a fazer o mesmo.

Sem a Constituição revista, as eleições são possíveis ou aceitáveis? Mesmo com a actual lei, tal como hoje está, poderíamos ir para eleições. Em Angola não existe vazio, não há nenhuma razão que impeça a realização de eleições.

Todavia, foi muito falado o abandono pela UNITA da comissão de revisão constitucional... Atenção! Apenas houve uma suspensão de participação! Repare que, quando chegámos a 2002, havia quatro anos que a Comissão Constitucional não funcionava. Com os acordos de paz, deu-se o desbloqueio, mas com a retomada dos trabalhos da comissão, quer o Presidente quer o MPLA recusaram-se a aceitar calendários... A suspensão de participação na comissão não foi por desacordo, pelo contrário, deu-se para provocar pressão para um caminho negocial.

E essa pressão deu algum resultado? Nos últimos meses, surgiram novidades interessantes. Designadamente, registámos a reunião do Conselho da República, que há dois anos não era convocado. Depois, o MPLA acabou por apresentar um calendário com timings... E nós temos vindo a fazer propostas desde 2003, que enviámos ao Presidente da República e

ao Parlamento. O Presidente acabaria por enviar uma carta ao Parlamento, contendo apenas as reflexões do MPLA, ao qual também preside. Foi neste contexto que a oposição optou por suspender - suspender... - a participação na comissão como sinal político. Não podíamos ficar reféns. Em Angola, compete ao Conselho Nacional Eleitoral propor ao Presidente da República a marcação de eleições e a este, convocá-las. Nas propostas de calendarização do MPLA, o Conselho é secundarizado. Em qualquer país democrático do mundo, este órgão é importante, em Angola é vital. Nós insistimos num consenso para a constituição desse Conselho.

É preciso dialogar sobre Cabinda

O DN divulgou um relatório que vos foi atribuído sobre intolerância e mesmo situações de violência sobre militantes e simpatizantes da UNITA por parte do MPLA. Confirma? O relatório existe e convidámos o MPLA a levar o caso ao tribunal. Durante muitos meses, houve, de facto, recrudescimento de violência contra quem fosse identificado como membro ou simpatizante da UNITA. Sentimo-nos na necessidade de denunciar essa situação. Posso dizer-lhe que o Governo solicitou à UNITA que não utilizasse as referências à intolerância, em função da exposição externa ou da imagem externa do país. É verdade que, no último mês e meio, houve uma excepcional diminuição da violência.

E depois disso? Ora bem. A violência diminuiu mas passou-se a anunciar a adesões em massa dos ex-militares da UNITA ao MPLA, mostrando-os como arrependidos no Bié, ou no Huambo...

Qual é a vossa versão? O que se passou e passa é que os militares ficaram abandonados. Muitos deles deambulam, nem sequer possuem o cartão de desmobilização, ficando sem direito ao bilhete de identidade, a serem cidadãos, com direito ao voto. Esses cartões têm sido trocados por cartões do MPLA! Por má interpretação e aproveitando o desespero, a reinserção desses militares, dados como arrependidos, é feita com a adesão ao MPLA.

Mas essas são situações pontuais? Nenhuma pensão foi dada até hoje aos 85 mil homens, pura e simplesmente porque o decreto não foi assinado pelo Presidente da República. Todos os que foram desmobilizados deviam ter recebido dois documentos: uma guia de desmobilização e um documento para solicitar a pensão. A reinserção é um direito e uma necessidade para o País. No meu gabinete, todos os dias, tenho gente a solicitar pensões e a pedir dignidade.

Os ex-militares não estão informados dos seus direitos? Aos militares do Bié, por exemplo, foi dito que a direcção da UNITA tinha recebido o montante das pensões desse militares, o que é rotundamente falso.

Se assim é, que balanço pode fazer da paz? Não é fácil fazer uma transição da guerra para a paz, mas, para um balanço destes dois anos, dois anos e meio, a paz consolidou-se no plano militar. A UNITA empenhou-se totalmente no processo de democratização, mas a situação da sociedade angolana não pode dizer-se que é pacífica: falta a reforma das instituições. Não podemos adiar medidas corajosas.

Medidas corajosas, quais para o imediato? É altura de refazer o aprofundamento da democracia e, para já, é necessário despartidarizar o Estado, que está eivado pelo espírito do partido único. Depois, é urgente que o Estado comece a fazer gastos e aplicações mais responsáveis dos recursos nacionais, que são enormes. Começa a ser tarde.

Duas questões finais. Primeiro, como avalia a UNITA o desenrolar da questão de Pierre Falcone acreditado como diplomata angolano junto da UNESCO, mas a contas com a justiça francesa por matéria que envolve Angola? Sobre essa questão que envolve Pierre Falcone, apenas lhe digo isto: o Parlamento tem a exigência de um inquérito parlamentar sobre a matéria. A exigência deu entrada formal em Outubro de 2003 e mantém-se em absoluto.

A recente reunificação da FLEC introduz um elemento novo na questão de Cabinda. Esta é apenas uma questão interna de Angola ou algo que pode evoluir para situação mais grave? Há muito que entendemos que Cabinda não pode estar numa realidade de conflito. Nós conseguimos fazer a paz, não faz sentido que permaneça um conflito quando está evidente que as partes têm que sentar-se.

O que preconiza a UNITA para Cabinda? O problema de Cabinda é real, difícil e vai obrigar o Governo de Angola a abandonar a recusa do diálogo. A UNITA apela a que uma e outra parte cheguem à mesa de negociações sem pré-condições. Só isso seria um ganho elevado. Temos apresentado essa proposta às duas partes e a pressão social vai nesse sentido.

4.0 MERCADO INFORMAL

4.1 Endiama processada por alegado incumprimento

A Capital... Setembro

A IDAS Resources, uma empresa mineira da multinacional Adastra Mineral, decidiu mover uma acção judicial contra a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), por incumprimento dos termos de um acordo que previa a exploração diamantífera na região do Luremo, Lunda da Norte.

A decisão vem expressa numa nota que a empresa fez chegar a este jornal e, na qual, anuncia estarem já a ser seguidos os procedimentos legais que conformarão o processo contra a concessionária angolana. A IDAS e a Endiama assinaram tal acordo em Agosto de 2002 e Dezembro de 2002, depois de um aval do Conselho de Ministros de Angola, emitido em Outubro de 2001, autorizando a concessão de duas licenças mineiras a serem realizadas, através da criação de uma joint-venture. «Apesar do acordo a que chegamos a todos os detalhes comerciais, todos eles documentados, as nossas tentativas de progressão dos entendimentos têm sido frustradas», disse Tim Read, presidente executivo da Adastra, antes de informar que «a Endiama já tornou clara a sua posição de não cumprir com as suas obrigações contratuais».

A Capital ainda não obteve a reacção oficial da Endiama, a propósito do litígio, mas uma fonte familiar a diamantífera disse a este semanário que a posição da diamantífera angolana decorre do facto de o valor com que a IDAS pretendeu entrar no negócio não responder a cifra mínima imposta pelo regime angolano. Disse a fonte que para a exploração de um dado projecto diamantífero, o regime Angolano obriga que o parceiro participe com um valor mínimo de 3 milhões de dólares, requisito, porém, não cumprido pela IDAS. O referido acordo previa a exploração da pedra preciosa na bacia do rio Cuango, aquela que é, historicamente conhecida como das mais ricas fontes de receitas de diamantes de Angola.

A região reservada a implementação de tal projecto situa-se a 50 quilómetros a norte da fronteira com a República Democrática do Congo, onde se previa explorações tanto aluvial como kimberlítica.

4.2 Polícia complica Trabalhadores

Semanário Angolense... 04-09-04

A operação policial que esta em curso nas imediações de mercados e armazéns de mercadorias, não se

sabendo já exactamente com que propósito, tem estado a complicar a vida dos cidadãos, nomeadamente no capítulo de transportação.

Á primeira parece não haver nexos entre uma e outra, mas a verdade é que assim tem estado a acontecer. Expliquemo-nos: a operação parece estar dirigida a extinção dos aglomerados que se formam diante do chamado armazém dos senegaleses, que dão azos a mercados informais selvagens e nesse afã a polícia resolveu também impedir o acesso aos taxistas cortando assim varias linhas até então estabelecidas com prejuízo para uma boa parte dos cidadãos que recorrem aos serviços dos candongueiros para se fazerem transportar. É o caso por exemplo das linhas que iam dar ao mercado dos Congolenses que foram cortada a partir do chamado “triângulo”. Assim, os cidadãos que necessitam de fazer escala a partir das linhas que utilizam a avenida Brasil, a caminho dos que cruzam a estrada de catete (no inverso também é valido) são também obrigados agora a longas travessias desde o «triângulo» e vice versa. Igual tem acontecido na zona do São Paulo, onde há desses armazéns, mercados informais selvagens e estação de candongueiras, que servem de transbordo para as linhas que vão a Cuca, Cazenga, Hoje-ya-Henda, Petrangol e Roque Santeiro ou no sentido inverso, a caminho da baixa da cidade (Kinaxixi e Mutamba) e da zona sul de Luanda (Rocha Pinto, Aeroporto, etc). O curioso é que a escassa policia desses armazéns e nas barbas dos efectivos da policia aí estacionados muitos vendedores continuam como que tranquilamente, a desenvolver as sua pequena actividade comercial o que leva a crer que o objectivo final da operação seja apenas evitar que eles atrapalhem o negocio dos Senegaleses num raio tido como razoável. A tranquilidade desses vendedores é entrecortada sazonalmente quando algum agente da policia resolve investir contra eles, normalmente para lhes «caçumbular» as suas coisas, minutos depois esta tudo com na mesma, com a sua curiosa cumplicidade. Na verdade fica difficil descobrir o que é que a policia quer realmente ao impedir que os taxistas cheguem aos seus antigos terminos já que nem todos os cidadãos são comerciantes de rua e precisam desesperadamente dos Kandogueiros para encurtarem distancias, a caminho dos serviços e vice-versa

E depois a ainda uma certa falta de respeito aos detentores de Hiace que não são taxistas mas que confundidos, ficam interditados de circular livremente pela cidade, porque algum «iluminado» assim o decidiu pura e simplesmente. É preciso rever isto, Sr. Comandante

5.0 SERVIÇOS BÁSICOS

5.1 Luís Gomes Sambo promete desenvolver o sistema sanitário em África

RNA...06-09-2004

Eleito recentemente Director Regional da OMS para a África, o médico angolano Luís Gomes Sambo, afirmou em entrevista à Rádio Nacional de Angola que o desenvolvimento sanitário no continente, onde se destacam o combate ao sida, a mortalidade infantil, bem como a malária serão as suas prioridades à frente da organização. Acompanhe no AngoNotícias, alguns extractos da entrevista que o ex-vice-ministro da saúde do governo angolano concedeu ao Canal A do grupo RNA.

O senhor sempre acreditou, que seria eleito director regional da OMS para a África? Sim. Sempre admiti a hipótese de um dia chegar a este lugar.

O que é que lhe fez acreditar que assumiria este cargo de director regional da OMS para a África? Conforme disse, sempre admiti a hipótese como quadro africano, como funcionário da Organização Mundial da Saúde, onde adquirei alguma experiência ao longo de 15 anos de trabalho. Naturalmente que este nível de responsabilidades depende, da decisão dos estados membros, através de um processo democrático e num processo deste género, não há certezas.

Como é que o senhor viu a candidatura da Swazilândia, uma vez que na cúpula da SADC realizada nas Ilhas Maurícias, foi tomada uma decisão política de que todos os estados membros da região, deveriam apoiar a candidatura angolana?

Achei um pouco estranho, mas admiti que a Swazilândia fizesse uso da prerrogativa de decidir individualmente como país. Como sabe, a decisão da SADC, engajou o grupo, mas não engajou obrigatoriamente cada estado membro, por isso a Swazilândia sentiu-se no direito de manter a sua candidatura, assim o fez, e obteve os resultados que obteve.

Quando assumir o cargo de director regional da OMS para a África, qual pensa ser a sua principal medida já como director? A minha primeira medida será reunir com o pessoal da Organização Mundial da Saúde na região africana, para estabelecer um dialogo em termos de em conjunto, canalizarmos as grandes linhas de actuação para o futuro. Eu penso que os recursos

humanos são o mais importante em termos de organização e realização de objectivos.

Em termos de prioridades, o que é que pensa priorizar? Penso priorizar o reforço dos sistemas de saúde dos países da região, em particular a nível local, onde há a necessidade de aumentar a interacção entre os serviços de saúde e as populações. Penso que poderemos dar muito mais atenção as expectativas das populações e também as potencialidades existentes a esse nível, para que os serviços de saúde possam responder de forma mais especifica as necessidades das populações. O dialogo entre o serviço nacional de saúde das populações é extremamente importante. Em segundo lugar, penso que deveremos intensificar as intervenções que estão ligadas aos programas prioritários.

Sabemos que o continente vive muitos problemas financeiros, os países investem na saúde muito pouco daquilo que se exige, como é que o senhor pensa fazer esse reforço do sistema de saúde no continente, quando os estados membros fazem pouco investimento no sector? Através do dialogo com os governos, com os ministérios da saúde, e com outros sectores envolvidos no desenvolvimento sanitário.

O senhor pensa, que vai encontrar bom senso dos governos para que invistam mais no sector da saúde?

Penso que sim. Vamos apresentar dados factuais que permitam uma melhor compreensão de que, sem mais recursos financeiros para o sector da saúde, não será possível melhorar os indicadores de saúde.

Quantos milhões de dólares deviam investir, para não resolver, mas pelo menos, minorar os problemas que a saúde enfrenta em África. Os estudos que foi fazendo durante estes anos de experiência na OMS? O ideal seria podemos atingir pelo menos mil dólares por habitante por ano, em termos de financiamento para a saúde. Hoje na região africana estamos entre 4 a 13 dólares por habitante por ano, e queria dizer que os custos nos países desenvolvidos estão a nível de dois mil a quatro mil dólares por habitante por ano. Portanto, eu penso que há uma necessidade de aumentar substancialmente o investimento no sector da saúde, porque os pilares de saúde são conhecidos, são elevados e temos que pagar por eles.

Como é que pensa lidar com problemas de saúde como o sida, uma vez o continente ser o mais atingido por essa pandemia. Como é que o senhor pensa tratar desta questão? Esta questão será tratada em conjunto com os ministérios da saúde. Porque a OMS trabalha, prestando cooperação técnica para os estados membros. Portanto, é sempre com os governos que nós trabalhamos para

melhorar as condições de saúde das populações. Em relação a luta contra o sida, nós vamos investir na prevenção como a arma principal, e vamos tentar aumentar o acesso das populações ao tratamento com os antiretrovirais.

Mas, como pensa fazer isso. O acesso de mais pessoas aos antiretrovirais? Através de um maior financiamento, porque as drogas têm o seu custo e não só os medicamentos. É preciso também, melhorar o sistema de prestação de cuidados para que os doentes possam ser examinados devidamente, seguidos e portanto tenham os melhores resultados desses tratamentos. E tudo isto, custa dinheiro. Nós deveremos sensibilizar os governos e os parceiros do desenvolvimento sanitário, para que eles aumentem os recursos financeiros para este efeito.

Como é que pensa também tratar da questão da malária, como é que pensa encarar esse desafio? A luta contra a malária também já tem a sua estratégia definida. Há um certo número de intervenções que já estão reconhecidas como válidas e eficazes, na luta contra a malária. O necessário será intensificar a sua aplicação a nível das comunidades.

Há outro problema, que também tem preocupado os governos do continente. Tem haver com a mortalidade infantil, a África apresenta as taxas mais altas nesse capítulo. Como é que a direcção da OMS para a África, pensa encarar esse problema que é muito grave. Este é um dos maiores dramas de África. A mortalidade materna é muito elevada, em média cerca de mil mortes em cada cem mil nascimentos vivos. É a mais alta do mundo, e ela está muito relacionada com o nível do desenvolvimento dos nossos países. Doutor, quais são as causas que estarão na base da falência do sistema de saúde em África? O financiamento do continente como disse, é de 4 a 13 dólares por habitante e as razões fundamentais, estão ligados ao nível do desenvolvimento. A saúde é uma condição para o desenvolvimento, mas também, é uma resultante do desenvolvimento. E a questão fundamental, está relacionada com o nível do desenvolvimento de África e dos países africanos.

Para além do prestígio que o país ganha, por ter um cidadão seu a assumir tão importante cargo numa organização internacional, neste caso o de director regional da OMS para a África, o que é que os angolanos podem esperar de si? Os angolanos podem esperar que a cooperação entre a Organização Mundial da Saúde e os estados membros da região africana, que se reforce cada vez mais e que a gente, consiga melhorar os actuais indicadores de saúde nos países da

região africana. Como director regional, estou interessado no desenvolvimento sanitário de todos os países da região africana, incluindo o meu, para que as populações possam conhecer melhores condições de participarem no desenvolvimento.

O Título e a introdução é da responsabilidade da Redacção do Canal AngoNotícias.

5.2 Projecto beneficia 320 mil populares com água potável no Huambo

Jornal de Angola...15-09-2004

EM 1997 a ONG Development Workshop (DW) abriu o seu escritório na província do Huambo, a convite da então Ajuda Humanitária Suíça (SHA), para dar continuidade a um projecto de água e saneamento básico iniciado pela Cruz Vermelha, assente num modelo participativo, ou seja, na criação de uma equipa de mobilizadores sociais da DW que facilitam o envolvimento dos beneficiários nas várias fases do projecto, desde a identificação dos problemas e necessidades à escolha dos locais de intervenção, na implementação e avaliação ao processo de manutenção das infraestruturas construídas, dentre as quais cacimbas, latrinas melhoradas e protecção c& nascentes. Este modelo consistiu ainda à criação de comités de água a nível comunitário.

Hoje, a acção da DW estende-se às zonas periurbanas e rurais, essencialmente aos municípios do Huambo, Caála, Ekunha, Longonjo, Bailundo, Londuimbali, Katchiungo e Chicala-Tcholohanga, onde são implementados projectos no âmbito da alfabetização, Angonet, construção de escolas, microfinanças, fabricação de carteiras, entre outros, de que beneficiam mais de 320 mil pessoas. O IA entrevistou o representante da DW no Huambo, Cupi Baptista.

A acção da DW nesta província está "mais" orientada para o apoio ao desenvolvimento comunitário sustentado por recursos naturais e humanos locais. Qual tem sido o nível de receptividade das vossas iniciativas pelas populações?

O apoio ao desenvolvimento comunitário sustentado por recursos locais, é hoje uma evidência. A Development Workshop procura contribuir na melhoria, de forma sustentável, das condições económicas e sociais das comunidades pobres, reforçar a capacidade local para se atingir o fim visado, e auxiliar" nas políticas de desenvolvimento e na advocacia dos grandes problemas que apoquentam as populações. Desde 1997, no âmbito do projecto de água e saneamento básico, a DW se tem afirmado como uma actividade

multi-projecto", em resposta aos problemas e necessidades identificados pelos Comitês de Água e Saneamento nas comunidades conhecidos por, GAS- (grupo de água e saneamento). Apesar das sérias dificuldades de segurança, de abastecimento logístico, no passado, as péssimas condições das vias de acesso às comunidades no presente momento, a DW acredita ter alcançado de forma coordenada com outros actores sociais resultados catalisadores da melhoria das vidas das pessoas.

L.J. – Neste momento, que realizações concretas justificam a vossa continuidade nesta província?

No cumprimento da sua missão, a DW tem estado envolvida em projectos de água e saneamento, apoio à reabilitação de escolas, Microfinanças, Vozes de Paz (Publicações comunitárias), Fábrica Mubela e o Centro de Formação para Desenvolvimento Comunitário Quissala.

Trabalhamos com ligações estreitas ajudando o desenvolvimento da sociedade civil, apoiamos e treinamos organizações comunitárias de base (OCB), ONG nacionais; Igrejas, Governo local e autoridades tradicionais.

L.J - Um dos projectos mais visíveis da vossa actividade é o da alfabetização. Quantos alfabetizados controlam e quem garante o salário dos alfabetizadores?

A Alfabetização é uma componente do projecto "Vozes de Paz", através da qual as comunidades têm a oportunidade de aprenderem a ler e a escrever. E mais: estas comunidades são estimuladas e promovidas a participar dos processos políticos ao nível da aldeia, município e província. O projecto encoraja estas comunidades a participar do movimento nacional da paz através da disseminação de informações a seu alcance, das publicações produzidas nas suas comunidades e publicadas mensalmente no boletim "Ondaka".

O projecto é implementado em 12 comunidades e cada comunidade constitui um "Grupo Comunitário". Cerca de 79 membros das comunidades engajam-se como alfabetizadores para aproximadamente 2456 alfabetizados (74% são mulheres) apoiados no projecto, e subdivididos por classes, ou seja, da 1ª classe à 4ª classe.

L.J. – Que avaliação faz do projecto "Pontos de Agua", quantos já foram perfurados e qual o número de beneficiários?

O projecto Pontos de Agua como disse antes foi que mobilizou, à partida, a presença da DW na província do Huambo, em 1997. Estamos todos conscientes quanto é precário o acesso à água potável. A maioria das

populações do interior do país, numa situação concreta de infraestruturas destruídas, consome água das cacimbas e fontes não protegidas, sendo disso consequência o elevado índice de doenças provocadas pelas águas. Assim, este projecto visa garantir às populações água das cacimbas e fontes melhoradas. O projecto apoia também a construção de latrinas protegidas e melhoradas. Cerca de 638 pontos de água foram construídos e reabilitados, beneficiando mais de 320 mil consumidores, e 799 latrinas melhoradas. Uma avaliação interna recentemente realizada, mostrou que destes pontos de água 91 % funcionam bem; 91% possuem GÁS dos quais 86% funcionam bem e são constituídos maioritariamente por mulheres (81%). Este estudo mostrou igualmente, que os pontos de água estão distribuídos da seguinte maneira: zona urbana 21,4%; zona peri-urbanas 35,9% e zona rural 42,7%.

Outra acção de vulto foi o projecto de água canalizada na cidade do Huambo, apoiado pela DW com fundos da OSAID, em parceria com o governo provincial no ano 2001-2002. Este projecto melhorou o abastecimento de energia eléctrica aos sistemas de captação e distribuição de água a partir do sistema hidroeléctrico da barragem do Kuando e foram instalados cabos e transformadores novos para fornecer energia ao Kulimahala. Foram ainda desenvolvidas acções de melhoramento do sistema de monitoria da qualidade da água. Hoje, a cidade do Huambo é beneficiada de água canalizada e com garantia de ser consumida sem grande risco.

L.J - E quanto ao projecto Micro-finanças? Quem beneficia do mesmo, seus níveis de projecção, e qual a garantia do reembolso dos créditos?

O projecto Microfinanças no Huambo é uma réplica à experiência do programa implementado pela DW na província de Luanda, há muitos anos.

No Huambo, desde finais de 2001, numa perspectiva de providenciar oportunidades às pessoas que vivem num estado crítico de pobreza a transformarem as suas vidas, desenvolverem pequenos negócios, criarem empregos, e finalmente criarem micro empresas. (Dos beneficiários do projecto maior prioridade é dada e às mulheres. O projecto 3 conhece hoje um crescimento positivo, assiste 44 grupos solidários com cerca de 810 clientes, dos quais 81 por cento são mulheres. Estes beneficiários são organizados em grupos de 20 a 30 pessoas, antes de receberem o crédito frequentam ciclos de formação em como gerir negócios, as regras do crédito, depósitos bancários, etc.

Dito pelos beneficiários, muitas mulheres têm agora a possibilidade de garantir as três refeições aos filhos, já conseguem matriculá-los e comprar material escolar para os mesmos. Outros dizem que o seu negócio au-

mentou de qualidade e de quantidade, uns já não vendem a retalho e outros ainda conseguiram comprar motorizadas e construíram casas próprias. Alguns até pensam em formar pequenas empresas, enfim, são exemplos de como as suas vidas melhoram com o apoio do projecto.

E veja-se que temos controlado uma taxa de reembolso na ordem de 94 por cento, o que é positivo!

- Do projecto Abrigo.

Quantas escolas já foram construídas e que número de alunos beneficia?

O projecto Abrigo apoia parceiros locais (ONG nacionais, Igrejas, Associações e Instituições) na reabilitação de escolas, postos de saúde e outras infraestruturas sociais com recurso a materiais locais. Este apoio consiste no fornecimento de materiais de construção (chapas, dobradiças e outro material importado); na procura de financiadores que complementem a acção da DW; na formação e capacitação de mestres e supervisores de obras, profissionais locais em carpintaria, pedreiros, produtores de blocos; no aconselhamento técnico durante as fases de concepção e implementação de cada projecto.

Na província apelou-se a construção de 72 escolas comunitárias, aproximadamente 215 salas de aulas que beneficiam cerca de 19 500 crianças; são 5 postos de saúde e 15 outras infra-estruturas como PIC, Orfanatos e Lares.

Enquanto parceiros das autoridades; o nosso papel tem sido de dialogar permanentemente com o Governo do Huambo e com a Direcção da Educação, no sentido de garantirem nesta parceria que as escolas construídas funcionem, as crianças tenham material escolar e professores e/ou alfabetizadores e que a estes sejam pagos os salários. Temos criado uma equipa de técnicos da DW e Educação que periodicamente visitam as escolas, contactam as comissões de pais e as direcções de escolas. Hoje, temos certeza de que as escolas têm professores e os professores têm salários do Estado. Se estão satisfeitos ou não com estes salários, esta é outra questão.

L.J. – O que é o projecto Mubela e quais os seus níveis projecção?

Mubela é uma fábrica de produtos de madeira, com carácter humanitário implementado em parceria com a ADRA-Angola e o governo do Huambo. É a continuidade das acções iniciadas pela Ajuda Humanitária Suíça (AHS). Da Mubela fabricam-se, essencialmente, carteiras escolares, portas e janelas, e outro mobiliário para escolas e postos de saúde; logicamente, representa um apoio complementar aos projectos de reabilitação de infra-estruturas sociais da DW, ADRA,

governo provincial e outros parceiros sociais com actividades afins, por exemplo, o FAS. O projecto Mubela fabrica material ou estruturas para pontes modulares de madeira com capacidade para 30 toneladas métricas; apoia a capacitação prática de técnicos formados no domínio da carpintaria e mercenária, e na promoção de micro empresas do ramo.

A maioria das escolas na província apoiadas pela DW e ADRA são apetrechadas com carteiras da Mubela. Presentemente, estamos a concluir uma encomenda de carteiras escolares e outro mobiliário para as escolas comunitárias das províncias de Benguela e Huíla construídas com apoio financeiro do PAR.

L.J – E o que se pretende com o projecto Quissala e como estão a ser atingidos os objectivos pretendidos?

O projecto Quissala é um processo. Há dois anos era uma ideia discutida apenas entre a DW, a ADRA -e as comunidades da Quissala. Hoje é de facto um projecto partilhado com outras sensibilidades do saber, financiadoras e os media.

Trata-se de um Centro de Formação de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário. Com este projecto pretende-se contribuir para a criação de um movimento de pensamento e acção que defenda e promova um modelo de desenvolvimento assente nos recursos locais e sua valorização (em particular os humanos), na gestão dos recursos naturais, na animação cultural, na participação comunitária (inclusive na pesquisa) e na tecnologia apropriada.

Temos neste momento as infra-estruturas principais do centro construídas, o edifício para escritório, o jango para as formações, um bloco de latrinas, as cacimbas com manivelas, e um edifício para o fomento de pequenos animais. Foram promovidos dois ciclos de estágios comunitários de 30 técnicos médios cada (recém-formados em agricultura e pecuária). Cerca de 25 famílias camponesas estão inseridas directamente no projecto; e produziu viveiros de plantas silvícolas, algumas delas plantadas no centro e outras nas escolas comunitárias e polígonos florestais comunitários das áreas de intervenção da DW e da ADRA na província do Huambo.

L.J- - E quanto a financiamentos, com quem conta a DW? Em tempo de paz é fácil encontrar financiamentos?

A DW trabalha com base num financiamento que provém de projectos apoiados por fundos de organizações não-governamentais, de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento e de fundações privadas. Concretamente no Huambo, os principais doadores são: SDC, CIDA, PAR/EU, USAID, TROCAIRE, Embaixada Holandesa, Embaixada Britânica, INTERMON, NIZA, e nos últimos anos temos trabal-

hado com fundos do GPH.

Não é a paz que fecha os financiamentos, estamos num período de transição, esta transição é para todas, as organizações implementadoras, o Governo, e os doadores. Este processo implica necessariamente re-planificação de estratégias e muitas vezes paragem de programas. Estou certo de que a fase após a transição as comunidades beneficiárias das nossas acções necessitam do apoio externo para restabelecer as suas vidas e por conseguinte, desenvolverem de forma sustentável as suas economias familiares, produzirem o necessário, terem educação e saúde para as pessoas.

L.J.- Em que outros projectos a DW está presente e qual tem sido o alcance das vossas competências e fins visados?

A DW Angola ao longo dos anos construiu capacidade de levar a cabo pesquisas sobre tópicos relacionados com o seu campo de interesse. Especialidade, em assentamentos humanos que tem vindo a trabalhar, continuamente em Angola, por mais de 20 anos, com os problemas das comunidades peri-urbanas. O problema da posse de terra é uma área de especial preocupação da organização. A Angonet é uma rede electrónica em Angola, o primeiro projecto a fornecer serviços _ de correio electrónico. E um projecto provedor de serviços tecnológicos e informação adaptada as necessidades da sociedade civil; neste ano com a instalação do servidor local "VSA TU funcionando 24/24 horas, o número de usuários aumentou consideravelmente, só no Huambo apoiamos cerca de 80 membros. Finalmente, o GIS- Sistema de Informação Geográfica; a DW desenvolve uma base de dados geo-referenciada (documentação e mapeamento) das acções por zonas de intervenção; apoia as autoridades administrativas na actualização da divisão administrativa dos bairros.

L.J. – E das relações entre a DW e o governo da província, sentem da vossa comunicabilidade o efeito da parceria?

Existem relações sobretudo de parceria. A Direcção das Aguas, as administrações municipais e comunais, sempre foram interlocutores válidos e consistentes nesta parceria. Temos, um papel nesta parceria de permanentemente influenciar políticas públicas ao nível municipal e provincial. Nas questões anteriores, falei de projectos feitos com parceria do governo do Huambo e projectos feitos com o co-financiamento do governo do Huambo. Isto não deixa de ser uma atitude positiva da governação local. A DW tem uma visão e uma missão própria. Quando existe convergência de abordagem a parceria funciona sem sobressaltos, de outra maneira, ou influenciamos as suas decisões ou ficamos ausentes desta abordagem.

L.J.- Neste espaço de grande presença das ONGs, como tem sido o relacionamento com os vossos homologos? O modo de actuação é regido por um código de conduta? Não se deparam com choques na gestão de espaços?

Passou o tempo de grande presença das ONG's pelo contrário, as organizações reduzem as suas operações ou mesmo a sua presença cada vez mais; o que é negativo, porque as necessidades das populações que regressam às suas terras de origem são muitas e penso que só o governo não pode dar resposta abrangente.

- Neste momento estão presentes maioritariamente, ONG's especializadas. Existe na província um grupo de coordenação humanitária e diferentes subgrupos por sectores de especialização e actuação, por exemplo, subgrupo de saúde, de água e saneamento, de educação, etc. Então, estes mecanismos permitem que as ONG's planifiquem e coordenem os escassos recursos disponíveis para ilimitadas necessidades das populações. Por outro lado, ao nível dos municípios estão instituídos fóruns de concertação municipal onde as organizações e o governo que operam num determinado município encontram-se para decidirem as linhas de força para o progresso do município. A DW abriu há um ano o sub-escritório no município do Katchiungo, em regime residencial somos a única ONO no Katchiungo. Não quero mostrar isto como uma vantagem, mas sim, como a especialização, a disponibilidade de recursos, limitam a presença de ONG's nesta fase de transição para o desenvolvimento.

L.J. – Que avaliação faz do nível técnico do pessoal com o qual trabalham?

Os projectos da Development Workshop são todos coordenados por funcionários nacionais, maioritariamente com uma formação académica ou técnica do nível médio e com uma experiência de trabalho de vários anos. Estes coordenadores são assessora aos por especialistas Como arquitectos, engenheiros, economistas e peritos em ciências sociais.

Na DW Angola está instituído um programa de formação para staff, incluindo cursos à distância com recurso à rede Angonet, cursos de superação técnico-profissional no país ou fora, apoia funcionários a concluírem os seus cursos de licenciatura na Universidade de Angola.

L.J. – Que perspectivas se vos deparam?

Como sabe, muitas populações vulneráveis que num passado recente foram designadas de "deslocadas" regressaram felizmente às suas terras de origem onde encontraram apenas espaços livres, sem o mínimo de condições básicas de vida, infraestruturas sociais destruídas, inclusive os seus valores culturais empobre-

cidos. A reintegração dos ex-combatentes e suas famílias nestas localidades muitos deles sem profissão, sem emprego. Isto apresenta-se como desafios para todos nós como actores sociais. Para além de continuar a aprovisionar infra-estruturas de água e latrinas melhoradas, escolas comunitárias; vamos contribuir para o programa de capacitação e reintegração destas famílias dotando-as de conhecimentos em carpintaria, construção de casas, micro empresas e modelos de gestão participativa.

6.0 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

6.1 Campos de deslocados serão todos encerrados em breve

Apostulado...01-09-2004

O Governo quer o encerramento de todos os campos de deslocados ainda existentes em Angola a breve trecho. A intenção foi apontada hoje pelo Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, ao discursar na abertura do XV Conselho Consultivo Alargado do seu pelouro.

O ministro referiu que existem ainda cerca de 340 mil deslocados dos 4 milhões que havia há dois anos. «Pedimos que, até antes do final do ano, possam facilitar o trabalho do governo com o regresso às suas terras, vilas e aldeais, pois o país terá de declarar proximamente encerrados os campos e centros de deslocação ao nível de Angola», declarou o ministro em alusão aos deslocados remanescentes. Frisou que a situação humanitária continua a registar melhorias, apesar de haver ainda localidades com difícil acesso devido às precárias condições das estradas, pontes e proliferação de minas.

Queda do apoio internacional

Por outro lado, realçou a queda do apoio da comunidade internacional em matéria de assistência alimentar às populações vulneráveis. Baixou para cerca de 40 % do programado em 2004 e «os sinais são de que em 2005 (as doações) serão muito reduzidas», disse o governante.

Defendeu, por conseguinte, uma mudança para prioridades como a acentuação da contribuição do seu pelouro ao combate à pobreza e o maior envolvimento nacional na produção, entre outras.

Colocado sob o lema “MINARS (Ministério da Assistência e Reinserção Social) e os Desafios Actuais”,

o XV Conselho realiza-se até próxima sexta-feira. A sua agenda prevê o balanço das recomendações da sessão anterior, a actividade do primeiro semestre-2004 e o plano de acção para o biénio 2005/2006.

6.2 Unicef assegura apoio internacional ao país

Jornal de Angola...02-09-2004

Angola pode contar com a colaboração de agentes internacionais na execução de novas tarefas para o desenvolvimento do país, garantiu ontem, em Luanda, o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Mário Ferrari. O responsável do Unicef fez esse pronunciamento quando comentava, a pedido dos jornalistas, o discurso do ministro João Baptista Kussumua, na abertura do 15º Conselho Consultivo Alargado do Minars, no qual fez referência, entre outros, à diminuição da ajuda dos doadores e os desafios de apoio à criança. “Eu diria que o governante estava a se referir a mudança no tipo de apoio da Comunidade Internacional, porque o país saiu já quase totalmente da situação de emergência humanitária”, precisou. Então, enfatizou, aqueles que eram os fluxos de recurso e de apoio, de comida e de recursos humanitários, estão expirando, dizendo que aí vai-se entrar numa outra fase diferente de colaboração. Mário Ferrari reafirmou que o mundo internacional tem uma clara vontade de colaborar com o Governo de Angola para apoiar o desenvolvimento, agora, das fases novas de trabalho. Esta definição de novos quadros de estratégias refere-se, por exemplo, à forma como agora se trata todas as actividades para desenvolver a criança, como lutar contra a mortalidade infantil, como proteger os direitos civis das crianças e como lutar contra as violências, enfatizou Mário Ferrari.

6.3 Fome no Kuando Kubango

Rádio Ecclesias...17-09-2004

Mais de duas mil pessoas padecem de fome e miséria no interior da província do K. Kubango. As população do Luengue, em Mavinga, estão a alimentar-se de raízes e frutos silvestres.

De acordo com o correspondente da Rádio Ecclesia na também chamada terras do fim do mundo, o administrador daquela localidade João Francisco Kameia, disse que nesta altura a população está a abandonar a circunscrição a procura de alimentos. Um cidadão que saiu recentemente daquela comuna, disse à Rádio Ecclesia, que a população do Luengue, é constituída maioritariamente por desmobilizados que foram retirados das suas zonas de origem pela polícia

nacional e pelas FAA, por suspeita de fazerem parte de um alegado grupo de 30 mil homens armados, que opera naquela parcela do território nacional.

6.4 Seca atinge “níveis de emergência” no Cunene e Cuanza Sul

LUSA...20-09-2004

A seca está a atingir “níveis de emergência” nas províncias angolanas do Cunene e Cuanza Sul, onde o Programa Alimentar Mundial (PAM) estima que mais de 25 mil pessoas necessitem de ajuda imediata, foi hoje anunciado em Luanda.

“A seca que afecta a região sul do país é considerada como uma emergência nas províncias do Cunene e do Cuanza Sul”, refere o mais recente relatório das Nações Unidas sobre a situação humanitária em Angola. Segundo o PAM, já estão a ser apoiadas cerca de 6.400 pessoas vulneráveis na província do Cunene, no sul de Angola, através da distribuição geral de alimentos, mas estima-se que cerca de 17 mil pessoas se encontrem em estado de “necessidade crítica de assistência” nos municípios do Sumbe e de Porto Amboim, na província costeira do Cuanza Sul. O relatório adianta que, na província do Bié, no planalto central angolano, foi identificada uma situação “crítica” de segurança alimentar nas localidades de Caiueira e Sanda, ambas no município de Catabola. Uma avaliação correcta da situação só poderá, no entanto, ser feita quando forem melhoradas as condições de acesso à região. Esta situação de carência alimentar é agravada pelo facto do PAM ter recebido até ao final de Agosto apenas “pouco mais de metade” da verba que foi solicitada para as suas operações este ano em Angola, que ascendia a 104 milhões de dólares (85,6 milhões de euros). “O programa do PAM para 2004-2005 continua a ser gravemente sub-financiado”, alerta o relatório das Nações Unidas, acrescentando que continuam a ser contactados os doadores internacionais “com o objectivo de assegurar suficientes contribuições adicionais que permitam que as distribuições (alimentares) continuem até à colheita do próximo ano”. Com a actual falta de financiamento, os responsáveis do PAM admitem que “os cereais se esgotem no pico da estação da fome”, que é a designação para o período que medeia entre as duas colheitas agrícolas, ou seja, perto do final deste ano. “Embora a suspensão das rações de cereais a populações recém-reassentadas, durante Julho e Agosto, tenha permitido que as distribuições recommencessem em Setembro e continuem em Outubro, em meias rações, a linha de distribuição de cereais do PAM continua crítica”, acrescenta o documento.

Apesar desta situação crítica, em particular no Cunene e no Cuanza Sul, o relatório das Nações Unidas revela que a produção agrícola em Angola melhorou “de forma geral” no último ano agrícola, especialmente devido ao aumento das áreas cultivadas. Como reflexo desta melhoria, o número de pessoas que precisam de assistência alimentar diminuiu cerca de 20 por cento, passando de 1,4 milhões em 2003 para 1,12 milhões neste ano.

“Embora se espere que este número venha a diminuir no final do ano, muitas famílias vão continuar a precisar de assistência até que as principais safras de 2005 sejam colhidas”, acrescenta o relatório.

6.5 José Eduardo dos Santos saúda criação de Fundo para combate à fome

Angop...22-09-2004

O presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, saudou a iniciativa de criação de um Fundo Especial para Combate à Fome, exortando a comunidade internacional “a dar todo seu apoio para o tornar real e factível”.

Numa mensagem endereçada segunda-feira aos líderes mundiais que participaram, nas Nações Unidas, num fórum sobre a fome e pobreza, o estadista refere que o fundo propiciará a concentração dos esforços dirigidos à erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, das doenças e do subdesenvolvimento no mundo. “Angola também partilha esse desiderato e, apesar dele começar por ser uma responsabilidade do seu Governo, apela à comunidade internacional para que tome medidas urgentes e vigorosas que a ajudem a vencer esses flagelos e a estabelecer relações económicas com outros países, na base da igualdade e da reciprocidade de vantagens”, relata a missiva transmitida pelo ministro das Relações Exteriores, João Miranda. Refere ainda que a generalização do HIV/SIDA ameaça reduzir, nos próximos anos, a menos de metade a população de muitos países subdesenvolvidos, se não se acentuarem os esforços e se disponibilizarem recursos para a sua prevenção e tratamento. Eduardo dos Santos sublinha o “vigoroso esforço do presidente do Brasil, Inácio Lula da Silva”, artífice do encontro, “no sentido de acabar com a pobreza e a fome no mundo”.

O documento exalta também que o desenvolvimento é um processo contínuo, sem limites arbitrários, mediante o qual se trabalha para a prosperidade e bem-estar dos Povos. Acrescenta ainda que o mundo actual encontra-se interligado para o bem e para o mal. “Hoje, tudo o que acontece num país ou num continente acaba por se reflectir no resto do mundo, constituindo assim a fome e a pobreza uma ameaça para a segurança e

prosperidade global”, assevera a mensagem do Chefe de Estado Angolano. No final da Cimeira, Chefes de Estados e de Governos de mais de 100 países, entre os quais Angola, representada por João Miranda, assinarão a “Declaração de Nova Iorque”, destinada à Acção Contra a Fome e Pobreza. Por outro lado, João Miranda foi recebido pelo presidente da Namíbia, Sam Nujoma, com quem abordou aspectos ligados à região dos Grandes Lagos, bem como a cooperação bilateral. Também entrevistou-se com o seu homólogo de Portugal, António Monteiro, tendo a temática do reforço das relações dominado o encontro. João Miranda deverá intervir no debate geral da 59ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas hoje iniciada. De acordo com o programa oficial, a intervenção do chefe da diplomacia angolana está prevista para o próximo dia 29.

6.6 Quadro Humanitário

Apostulado...23-09-2004

Mais de um milhão de angolanos enfrentam ainda a insegurança alimentar à luz do balanço humanitário efectuado hoje pelos operadores. O dado foi focado pela vice-ministra da Assistência e Reinserção Social, Maria da Luz Magalhães, que representou o Governo. Simultaneamente, prosseguiu, o país sofre de um défice alimentar de 46,53 % comparado às suas necessidades. «A resposta da comunidade internacional ao último apelo consolidado inter-agência para Angola/2004, em matéria de assistência alimentar (...) reduziu em cerca de 40 %», sublinhou.

Apontou, como agravantes adicionais do panorama, o difícil acesso em algumas localidades por deterioração das estradas e pontes, a presença de minas e outros engenhos explosivos e condicionalismos da natureza. Frisou que o quadro demonstra o tamanho do esforço a empreender pelo Governo, advogando a sua atempada inserção na iminente campanha agrícola 2004/2005. Defendeu a prioridade a manter para os programas e projectos a favor da população vulnerável, de reintegração dos desmobilizados e de combate à pobreza. Concluiu que «apesar de alguns constrangimentos, a situação humanitária continua a conhecer melhorias substanciais».

Por sua vez, o coordenador humanitário interino da ONU, Mário Ferrari, advogou «um esforço sustentado para se dar continuidade ao processo de transição da emergência para o desenvolvimento». Salientou que faltam 75 milhões de dólares (USD) na resposta dos doadores ao apelo consolidado inter-agências-2004. Mas, mais de USD 103 milhões doados já foram gastos no apoio aos esforços de regresso às zonas de origem de cerca de quatro milhões de pessoas. Mário Ferrari

rematou, acentuando: «o nosso desafio enquanto parceiros humanitários é o de percorrer a distância que separa a emergência do desenvolvimento».

Mortalidade infantil elevadíssima

O supracitado balanço foi feito no âmbito da XXII reunião do Grupo de Coordenação Humanitária (GCH), agrupando o Governo, agências das Nações Unidas e outros parceiros. A reunião avaliou o relatório síntese sobre o quadro humanitária de Abril a Julho do ano, as acções executadas durante o segundo trimestre da transição e traçou as perspectivadas para o terceiro trimestre.

O relatório sobre a situação no período entre Abril e Julho refere a existência de 308.758 deslocados internos. Estima que 3,9 milhões de pessoas regressaram às áreas de origem e 247.936 refugiados voltaram a Angola. Sobre a saúde e nutrição, adianta que a taxa de mortalidade infantil continua elevadíssima, com 250 óbitos em cada mil crianças nascidas vivas. A malária, as infecções respiratórias agudas, as doenças diarreicas e o sarampo são as principais causas da morte.

Por fim, o documento acha «positiva» a campanha agrícola 2003/2004, embora reconheça o défice alimentar de 46,5 % e o aumento de áreas cultivadas graças ao intenso regresso das populações para o campo.

7.0 TERRAS

7.1 polémica aprovação da Lei de Terras

Terra Angolana...Setembro

Contra a vontade da maioria esmagadora de cidadãos residentes em Luanda, expressa através de um referendo protagonizado pela Rádio Ecclésia, o MPLA forçou a Assembleia Nacional a aprovar a Lei de Terras.

No passado mês de Agosto, a Rádio Ecclésia levou a cabo uma consulta pública aos angolanos residentes em Luanda sobre quando é que se devia aprovar a lei de terras, uma vez que grande parte da população Angolana entende que o anteprojecto dessa lei devia ser mais debatido e com um estudo mais aprofundado, tendo em consideração a sua complexidade inerente à abrangência dos direitos dos Angolanos quanto à posse do espaço geográfico que a natureza lhes concedeu.

A consulta popular feita pela Emissora Católica esclareceu a posição dos angolanos que consideram a do regime do MPLA muito limitativa e exclusivista. A maioria esmagadora dos cidadãos consultados manifestou-se pelo adiamento da aprovação da lei, isto

é, esse exercício devia ser feito apenas depois das próximas eleições gerais, para que se desse tempo no sentido de se amadurecer todo o processo conducente ao destino dessa propriedade natural dos angolanos que é a terra. E esse processo devia passar necessariamente pela contribuição de todos os angolanos, mormente, as autoridades tradicionais, os camponeses e demais trabalhadores de todas as camadas sociais, ligados ao campo.

Esta vontade do povo não foi tida nem achada pelo MPLA que, por ser maioritário na Assembleia, levou o barco ao seu porto e hasteou a bandeira do conceito de que “a terra é propriedade originária do Estado”, um conceito errado, segundo uma grande parte de interventores qualificados na vida social e política de Angola. A percepção que se tem das apreensões dos Angolanos, principalmente do cidadão comum, é de que a lei de terras ora aprovada constitui um autêntico “bónus” para os latifundiários que são sobejamente conhecidos e um “cartão vermelho” para o Zé-povinho. Ter-se-á agido bem, numa altura em que os anciãos, os nossos Sekulus, as nos-sas mães e os nossos papás que vivem da lavoura, etc...nem sequer conhecem o documento da lei de terras? Porque se terá forçado a aprovação dessa lei, quando as Igrejas, empenhadas a contribuir para o sucesso do estudo que se estava a fazer, não tinham terminado os trabalhos de consulta? Sabe-se que o re-assentamento das populações não está concluído e não há ligação fácil entre municípios, comunas e aldeias... O que estará por detrás dessa atitude do regime, quando é consabido que a terra é propriedade de todos os Angolanos e que ao Estado apenas cabe a titularidade jurídica em regime de domínio privado ou público?

7.2 Lei de terras preocupa liga da mulher Angolana

Terra Angolana...Setembro

A Liga da Mulher Angolana está preocupada com a actual Lei de Terras pelas imprecisões que a mesma encerra, sobretudo por não ter tido em consideração o meio rural que envolve cerca de 85% do território Nacional.

Com o propósito de analisar as nuances da Lei de Terras, a LIMA organizou, no âmbito do dia da Mulher Africana, uma jornada de reflexão, que teve por palco o Museu de História Natural em Luanda, um acto presidido pelo Vice-Presidente da UNITA e que contou com a participação de mulheres dos mais diversos sectores da nossa sociedade.

Falando no acto de abertura, Ernesto Joaquim Mulato afirmou que o que estava em causa não era apenas a terra para cultivar, mas sim “a nossa Terra, a terra dos

nostros avós, sem a qual todos nós não somos ninguém”.

“É preciso debater e encontrar caminhos para que a lei não retire aos angolanos aquilo que têm de mais sublime”, acrescentaria aquele político, para quem as mulheres de Angola não podem permanecer indiferentes ao que se passa no mundo da globalização. Aqueles que querem formar uma nação como a nossa só terão sucesso se tiverem a mulher no centro das decisões. Exorto-vos por isso a combaterem certas práticas perniciosas que ainda ocorrem em Angola; como os casamentos precoces e a exclusão feminina às escolas, disse o 2.º homem da UNITA.

Por seu turno, a Secretária para a Família e Promoção da Mulher, Clarisse Kaputu, teceu considerações sobre as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade do Estado. “Este é um assunto bastante sério que não pode ser discutido apenas pelos políticos. A Lei de Terras actual devia ser clara e suficiente-mente difundida”.

Clarisse Kaputu desafia os legisladores da actual Lei de Terras por não terem levado em consideração as opiniões das diversas comunidades rurais como aquelas que vivem da agricultura, da pesca, da pastorícia, da apicultura, etc., etc.

A Lei diz que a Terra constitui propriedade originária do Estado integrada no seu domínio privado e no seu domínio público, o que quer dizer que o Estado é que é dono da Terra. A dirigente da UNITA discorda e afirma que a terra é dos Angolanos e que as populações que constituem o Estado. Os planetas inabitados não são Estados, recordou a antiga jornalista da VORGAN.

O artigo 12 da Lei Constitucional de Angola diz que o Estado dá protecção às comunidades rurais, não entendendo a palestrante, a razão da preferência que a Lei faz às áreas, sejam elas rurais ou urbanas. Uma Lei que diga que os terrenos das comunidades rurais podem ser expropriados por utilidade pública ou particular, ou ser objecto de reposição mediante justa indemnização”, quer dizer, onde o Estado possa desalojar aldeias que protecção dará? Indagou C. Kaputu para quem a Lei é imprecisa em relação ao conteúdo prático que pretendeu defender ao legislador ao falar de justa indemnização. “Como a lei não diz, corremos o risco de vermos um dia um senhor qualquer a dar uma bicicleta, por largas terras a um soba e dizer que essa era a justa indemnização prevista na Lei” - Advertiu Clarisse Kaputu, que muita atenção e curiosidade despertou entre as presentes. Clarisse Kaputu frisou vários aspectos do domínio legal sobre a lei de terras e apelou aos angolanos a

es-tarem atentos às más inter-pretações.

Falando de titularidades, Kaputu, criticou ainda a intenção do legislador no concernente ao Artigo 37 da Lei de Terras que diz: “a comunidade rural tem direito à ocupação de terrenos o que pressupõe que nas zonas rurais as terras são de todos como na pré-história. Clarisse Kaputu, vê nisso um aperto para os Angolanos nas zonas rurais que estarão assim privados de exercer actividades como a caça, a apicultura e outras fora das áreas delimitadas pelo Estado. Os Angolanos, recordou Clarisse Kaputu conhecem os seus terrenos, herdaram dos seus avós e não precisam de ninguém para lhes indicar onde devem ou não cultivar tão pouco devem ser injustamente ex-propriedados. Clarisse Kaputu, Convidou as mulheres de Angola a não esmorecerem na sua luta contra a pobreza, intrinsecamente ligada à terra. Dara a que a Lei de Terras possa ser Mais humana e Angolana.

Usando da palavra a Dra. Palmira Africano, uma das convidadas apelou às mulheres presentes a trabalharem 1).o sentido de se impedir novas guer-ras por causa da posse de terras, como aconteceu nos Gambos, nas Lundas ou no Kuanza-Norte onde na era colonial, Diogo e compa-nhia, um dos maiores ca-feicultores da época se havia apoderado de largas terras dos camponeses. A palestra contou com a presença da Dr. a J enoveva, que representou a Ministra da Família e Promoção da Mulher, da presidente da LIMA, Miraldina Jamba, da Sr. a Inês Samakuva, re-presentantes de ONG’s, mulheres políticas e convidadas.

Invasões: „posse de terra cria conflito no futungo de belas

Apesar da legislação em vigor, muitos conflitos relacionados com a posse de terra vão surgindo, talvez porque, ou a Lei não é suficientemente clara em matéria de arbítrios e transacções, ou porque a inde-pendência dos tribunais ainda é insipiente.

Em Luanda por exemplo, uma disputa de um terreno na zona do Futun-go de Belas, que opõe os cidadãos Francisco José Gomes à Antônio da Silva Castelhana pode servir de exemplo para os perigos que imprecisões na lei e sobretudo na interpretação e aplicabilidade podem gerar.

É que ambos disputam o mesmo terreno, dizem ter provas documentais e que já recorreram à arbitragem junto da administração local, do Gabinete de Obras Especiais da Presidência da República, da DINIC, do Governo Provincial e dos Serviços de Fiscalização, reclamando cada uma das partes o direito de legítima

proprietária.

Terra Angolana ouviu as partes e soube de Antonio Castelhana que o caso que também já foi apresentado ao Tribunal Militar, através do General José Maria, estava encajado porque há corrupção no meio disto tudo, enquanto Wanderley, um filho de Francisco Gomes rejeita essa versão e diz que o terreno foi comprado a Mungombe Kapele Tombe em 1999, quando a Unidade de Guarda Presidencial repartiu por alguns militares r várias parcelas de terra.

Afinal, os litigantes são hoje vítimas de uma “artimanha” urdida por Mungombe Kapele que aproveitando a anomia existente na altura no domínio de terras, a ambos proveu documentação cuja legalidade começa a ser questionada.

Importa salientar que enquanto não se chega a uma solução definitiva, as partes vão trocando mimos, com ameaças de morte à mistura. A. Castelhana acusa a sua contraparte de a ter subtraído um contentor com material diverso.” Como disse no dia 15 de Julho roubaram o contentor, no dia 30 de Julho roubaram duas viaturas do meu terreno”.

Por seu turno Wanderley Gomes riposta e diz que quem retirou os contentores foi a Fiscalização e diz mais: “ estou a ser ameaçado de morte por gente próxima do senhor Castelhana disse wanderley que acusa ainda a outra parte de ter destruído o murro que havia colocado para delimitar o terreno.

Historial de Wanderley Gomes

“O Sr. Castelhana foi informado por mim, filho do Sr. Chico Gomes, que aquela parcela de terreno foi adquirida em 1999. Quem vendeu a parcela foi o Sr. Bernardo Sapalo e o Sr. Mungombe Kapele Tombe, tenente das tropas especiais. Esse mesmo Mungombe tornou a ven-der ao Sr. Castelhana em 2004 em Março. Mesmo as-sim eu tinha dito ao Sr. Castelhana em Novembro que ele não tinha razão ne-nhuma e que estava a ser induzido em erro pela dona Manuela de Lurdes Teta Chaves. Tive um en-contro com ela no gabinete de obras especiais, ela dis-se que houve um engano e que o terreno dela era o outro ao lado. O Sr. Caste-lhana deu uma de grande invasor, oportunista, vigarista ao tentar tomar o terreno à força colocando na mesma uma empresa de segurança e seus filhos que já tentaram agredir-me; ameaçaram-me de morte e tive de abandonar a minha casa com medo de ser agredido. Se ele tem razão, que coloque a mão na consciência, porque o tempo de roubar as coisas dos outros já acabou e que vá à Administração da Samba requerer um terreno que é dele. O nosso terreno foi comprado em 1999 e não existem provas que pos-sam dizer que tivéssemos renunciado, portanto ninguém pode comprar nada sem o conhecimento do dono. Não vale a pena an-dar a difamar as pessoas, chamar o

administrador de corrupto, o Sr. Dr. Mariano do GOE corrupto, o direc-tor provincial da Fiscaliza-ção corrupto... Não sei se todos são corruptos ou se ele é que é vigarista no meio disto tudo.

Historial de António Castelhana

“Eu comprei o terreno em 1994 à senhora Manuela Teta Chaves. Fui ao go-verno provincial que me disse que a documentação dela estava legal, o que me permitiu fazer a transacção. Não só foi feita a transacção, como também foi passada uma licença. A cedência do terreno foi feita em Janeiro de 2003. Em Junho de 2003 aparece um tal Francisco Gomes, dizendo ao camionista que foi levar um ater-ro, que aquele terreno era dele e que ele é que man-dava no Futungo todo, que era da segurança do Futungo e que quem lhe tinha vendido o terreno era o General Zé Maria. Fui ter com o General Zé Maria que lhe perguntou qual era a unidade, e deu o dito por não dito, e que tinha comprado o terreno a uns miúdos que estavam aí acampados. Como podem simples garotos militares vender um terreno sem qualquer documentação? Estamos numa situação em que eu fiz uma participação ao Procurador da República e o próprio Procurador disse que isso é questão de Tribunal. Então pergunto a quem é que nós temos de nos dirigir para pôr cobro a esta situação? O que é mais grave no meio disso tudo é que o próprio Victor Fernandes, Director Geral da Fiscalização da Presidência telefonou a dizer que não me esqueçam naquele projecto do processo porque o processo estava a ser resolvido pela Direcção. Quanto teria pago o Sr. Francisco Gomes para eles fazerem esse serviço? “ Como se depreende há aqui razão bastante para uma intervenção mais res-ponsável e urgente das autoridades competentes do Estado Angolano. Há que proteger cidadãos, interesses, mas há também aqui que se provar que a Lei de Terras, recentemente apro-vada, pode funcionar a contento dos angolanos, independentemente da sua condição social. O caso que aqui apresentamos poderá fazer correr ainda muita água debaixo da ponte...

8.0 OUTROS

8.1 Onde as crianças não têm escola nem saúde

Apostulado...12-09-2004

Diarreias agudas e paludismo são os principais males que afectam as crianças na localidade de Ivaguerra, na província do Kwanza Sul, mas não há enfermeiros nem medicamentos para acudir essas crianças.

Uma reportagem da Ecclesia no local constatou que no sector da Educação cerca de 600 crianças terminaram, há muito, o ensino primário (até a 4ª classe), mas estão fora do sistema de ensino, porque não há escolas nem professores as classes subsequentes. Na falta da escola, as crianças cedo se entregam à pesca e a agricultura. Ivaguerra é uma localidade da Comuna do Bungo, no Município do Sumbe, a capital da Província do Kwanza Sul.

Crianças nas lavras ao invés da escola

Dificuldades também no município da Quiçama, onde muitas crianças não estudam porque trocaram o lápis pela enxada nas lavras. A opção é dos encarregados de educação, que preferem mandar os filhos para as lavras ao invés de os educarem para a frequência à escola. A lógica dos chefes de família é assente na ajuda que os filhos devem dar para assegurar a alimentação em casa. O professor Adão Gomes disse à Ecclesia que tem procurado sensibilizar as comunidades para a necessidade de as crianças frequentarem a escola.

O Município tem apenas uma escola com salas em diversas comunas assistidas por quatro professores. “Estamos muito mal em carteira, giz e demais material didáctico, uma grande carência mesmo”, acrescentou o docente.

A Quiçama tem a sua sede municipal na Muxima e faz parte da Província do Bengo. Está a apenas 100 quilómetros de Luanda, a capital do país. Escolas e postos de saúde de capim

Na localidade de Chieque a situação já revela outra mentalidade. Devido à demanda escolar, as autoridades municipais de Namacunde estão a construir escolas de capim e pau a pique. O mesmo está a acontecer com a rede de postos médicos, que se estão a erguer um pouco pelo Município. A falta de material de construção na Província do Cunene e as necessidades das populações obrigou a Administração local a encontrar essa alternativa.

O Administrador de Chieque, Fernando Garcia, disse à Ecclesia, em Namacunde, que a intenção é alargar a todo o Município a rede escolar e sanitária. Para isso, a Administração, com o apoio de organizações não governamentais, adoptou a estratégia de comida pelo trabalho, para também ajudar os mais necessitados.

A sede municipal de Namacunde está a apenas 10 quilómetros da Fronteira com a Namíbia.

8.2 Igreja católica defende criação de lei para o desarmamento da população

Rádio Ecclesias...20-09-2004

A Igreja Católica defende a criação de uma lei sobre o desarmamento da população civil angolana com a participação das igrejas e da sociedade civil na sensibilização. Esta foi uma das conclusões a que chegaram os delegados ao 11º Encontro da Comissão Episcopal de Justiça e Paz da Igreja Católica.

Sobre as próximas eleições gerais em Angola, os participantes ao encontro que decorreu de 13 a 17 deste mês, advogam a criação de um quadro político favorável que permite a participação da população às eleições. Além da criação de uma lei sobre o desarmamento da população, os participantes ao encontro, mostraram-se disponíveis na educação cívica da população para as próximas eleições gerais em Angola, bem como a necessidade de um quadro jurídico para permitir a participação da sociedade civil no registo, localização, observação e na comissão nacional eleitoral. Os participantes exigiram igualmente a necessidade de haver uma cada vez maior transparência na gestão do erário público, o que implica não só a divulgação do orçamento geral do estado, mas também a publicação das contas do estado e das receitas públicas, bem como sugeriram a criação de um fundo de petróleo para projectos de impacto social.

A actividade teve a participação de autoridades ligadas à política, eclesiástica e sociedade civil.